



Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DO DIA 13-10-2022

Vice-Presidente

-- Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo

Vereadores

- José Eduardo Costa
- Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental
- Emanuel Sousa Medeiros
- Pedro Miguel de Guilherme Pacheco Costa
- Eunice Maria Pinheiro Sousa
- Cidália Tavares Simas

Secretário

- Pedro Henrique Soares Correia



Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA **DO DIA 13-10-2022**

----- Aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas 10:00, nesta Vila e no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, em reunião Ordinária a Câmara Municipal, sob a presidência de Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo, com a presença dos vereadores, Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental, José Eduardo Costa, Cidália Tavares Simas, Emanuel Sousa Medeiros, Pedro Miguel de Guilherme Pacheco Costa e Eunice Maria Pinheiro Sousa, à exceção do presidente da Câmara Municipal, Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues, e do vereador municipal Carlos Manuel de Melo Pimentel, ausentes por motivos justificados e que se fizeram representar pelos seus respetivos substitutos legais. -----

----- Secretariou a reunião o Secretário da Vereação, Pedro Henrique Soares Correia. -----

----- A Ordem de Trabalhos, constante da convocatória e do respectivo edital, é a seguinte: -----

ÍNDICE

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL

(DL N.º 83/2022) - I N.º 5825/2022 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - PROTOCOLO COM O CLUBE DE FUTEBOL VASCO DA GAMA

(DL N.º 84/2022) - I N.º 5931/2022 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - PROTOCOLO COM MOVE - ASSOCIAÇÃO DE MICROCRÉDITO E EMPREENDEDORISMO

ÁREA SOCIAL

(DL N.º 85/2022) - I N.º 5882/2022 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - REFORÇO DE APOIO NO ÂMBITO DO AMRHD - APOIO MUNICIPAL À REABILITAÇÃO DA HABITAÇÃO DEGRADADA

(DL N.º 86/2022) - I N.º 5876/2022 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - FIXAÇÃO DO NÚMERO DE BOLSAS DE ESTUDO A ATRIBUIR NO ANO LETIVO 2022/2023

DIVISÃO FINANCEIRA

BALANCETE



PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Depois de se proceder à leitura da ata da sessão anterior, a mesma foi aprovada por maioria (com uma abstenção do PSD). -----

O vereador municipal Pedro Costa fez uso da palavra para questionar a vice-presidente sobre a obra na praia do Corpo Santo. Prosseguiu referindo que já tinha sido abordado, por alguns vila-franquenses, relativamente ao muro construído em frente às moradias e que, aparentemente, seria construído em pedra. Mais disse que concordava com a forma como o muro tinha sido executado para o lado da praia, tendo em conta que se encaixava na estética global da obra, mas que, no que se referia à parte do muro virada para a via pública, acreditava que ficaria melhor da forma como estava antes, tendo em conta que, da forma como está, não se enquadra com o restante da obra. Prosseguiu dizendo que, se fosse num local rústico, seria normal, mas tendo em conta que a zona se localiza no centro urbano do concelho, não lhe parecia adequado da forma como estava. Terminou referindo que acreditava que, se fosse possível a alteração, todos ficariam a ganhar. -----

A vice-presidente da Câmara registou a sugestão do vereador Pedro Costa, informando que a mesma seria posteriormente analisada com os técnicos municipais. -----

A vereadora municipal Eunice Sousa fez uso da palavra e referiu que, com o crescente panorama regional e nacional relativo ao aumento do consumo de novas substâncias psicoativas - nomeadamente “drogas sintéticas” -, tal facto tem causado muita preocupação a nível nacional, bem como ao nível das autoridades regionais de saúde. Prosseguiu questionando se existia, a nível autárquico, algum contacto com as entidades regionais e com as instituições que trabalham diretamente com aquele público, tal como se existia algum trabalho (igualmente a nível autárquico) que estivesse a ser planeado a nível teórico-prático e, por fim, se a Câmara Municipal entendia que aquele era um trabalho que devia ser realizado a nível municipal. -----

A vice-presidente da Câmara Municipal registou que concordava com a opinião da vereadora Eunice e informou que, no mês anterior, foi realizada uma apresentação de um projeto sobre aquele tema (no Centro Cultural de Vila Franca do Campo) de uma entidade nacional onde foram convidadas várias entidades de Vila Franca do Campo (CDIJs, Santa Casa da Misericórdia, psicólogos, entre outras), sendo que a ideia era aplicar o referido projeto em conjunto com as demais entidades. Foram apresentadas várias propostas de intervenção para aquele público, havendo um esforço de todos no sentido de colmatar aquele flagelo, pelo que a Câmara Municipal estava atenta à situação. -----

A vereadora municipal Conceição Quental fez uso da palavra e referiu que a apresentação do projeto esteve a cargo do Dr. Pedro Pereira (acompanhado por um psicólogo) com o tema “Noites saudáveis”, tendo em consideração que as noites são “mais complicadas”, pelo que foi uma apresentação positiva, lamentando apenas a fraca adesão. Mais disse que encaminhava os casos para o Centro de Saúde e que, frequentemente, após dois ou três dias de tratamento, os utilizadores voltavam a consumir, sendo um desânimo. Para além disto, ao regressarem a casa, frequentemente, não tinham famílias que soubessem lidar com a sua situação. Prosseguiu referindo que estava a ser criado o Perfil de Saúde, à semelhança daquilo que o Município de Lagoa já fazia. -----

A vereadora municipal Eunice Sousa perguntou o nome do projeto e o nome da entidade nacional responsável. -----



A vereadora municipal Conceição Quental informou que lhe faria chegar aquela informação posteriormente por email. -----

O vereador municipal Pedro Costa fez uso da palavra e referiu que, na semana anterior, tinham ocorrido três situações, sendo que duas delas obrigaram à intervenção da Polícia, que escoltaram os indivíduos algemados para fora do Centro de Saúde, e outra situação que ocorreu na farmácia. Mais disse que, após a utilização daquelas drogas sintéticas, o organismo já não recuperava, havendo situações muito graves em Vila Franca do Campo, o que já se observava pelo receio de alguns utentes em se dirigir ao Centro de Saúde, o que tem obrigado à intervenção rápida da Polícia, que normalmente já sabe quem são os indivíduos, indivíduos aqueles que já não medem as consequências dos seus atos. Referiu não acreditar que a culpa fosse da Câmara Municipal, mas que algo teria de ser feito com urgência, pois poderiam vir a aparecer problemas graves, achando que era necessário ajudar quem necessita, salvaguardando os que já existiam. -----

A vereadora municipal Conceição Quental fez uso da palavra e disse que o Centro de Saúde era a entidade de primeira linha de ação e que, da parte da Câmara Municipal, era feito o encaminhamento. Reforçou a importância do projeto “Noites saudáveis”, onde foi abordado o assunto dos eventos acabarem tarde - pelas seis da manhã – e ao qual era contra pois, após o término daqueles eventos, os jovens, a partir de uma certa hora, já não ouviam música e tinham certos comportamentos impróprios, sendo necessário trabalhar aquele assunto. -----

A vice-presidente da Câmara Municipal referiu terem conhecimento do flagelo e que algo teria de ser feito no concelho, achando que conseguiriam dar resposta, tendo em conta que a Câmara Municipal tem representação no Conselho da USISM (Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel), estando a trabalhar num Plano de Saúde Local, que incluiria o Perfil de Saúde, uma análise S.W.O.T. e um diagnóstico de cada freguesia, sendo um trabalho a realizar com diversas entidades do concelho, nomeadamente a PSP, as CDIJs, a Santa Casa da Misericórdia e o Centro de Saúde, esperando que todos trabalhassem no sentido de minimizar o problema. -----

A vereadora municipal Eunice Sousa referiu ser difícil consertar o mal que estava feito, mas que era importante prevenir futuras adições por parte dos jovens. Se não fosse possível resolver o que estava fora das mãos da Câmara Municipal, era importante trabalhar na prevenção futura. -----

A vice-presidente da Câmara Municipal referiu que aquele projeto era um bom passo, sendo uma intervenção junto dos jovens e das suas famílias, e visava realizar uma intervenção grande a nível de eventos noturnos a ver se colmatavam, em parte, o problema, esperando algum *feedback* positivo. Terminou informando que a Sra. Cidália Simas e o Sr. José Costa encontravam-se ali em substituição do presidente da Câmara Municipal e do vereador municipal Carlos Pimentel. -----

ORDEM DO DIA

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL

(DL N.º 83/2022) - I N.º 5825/2022 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - PROTOCOLO COM O CLUBE DE FUTEBOL VASCO DA GAMA - Pela vice-presidente da Câmara Municipal,



foi introduzida a seguinte proposta de deliberação: -----

“Considerando: -----

- a) que o Clube de Futebol Vasco da Gama desenvolve um conjunto de atividades de âmbito associativo, de integração social e promoção cultural; -----
- b) que a colaboração institucional entre as entidades públicas e privadas é uma forma eficaz de promoção do bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos do concelho de Vila Franca do Campo;
- c) a importância do Clube no nosso concelho, no que à área do desporto diz respeito; -----

Propõe-se que a autarquia celebre um Protocolo com o Clube de Futebol Vasco da Gama pelo valor de 4.000,00€ (quatro mil euros) e que tem como objetivo apoiar a respetiva atividade na época de futebol 2022/2023.” -----

A vice-presidente da Câmara Municipal explicou que se tratava de um apoio a ser concedido ao Clube de Futebol Vasco da Gama, o qual a Câmara Municipal pretendia apoiar com 4.000,00€ (quatro mil euros) para a Época 2022-2023, sendo um valor adiantado e que seria subtraído ao valor a atribuir no ano seguinte. Referiu que a época desportiva não coincidia com o ano civil e que o Clube Vasco da Gama possuía um perfil diferente, tendo em conta que tinha uma equipa de Seniores inscrita, sendo que as suas inscrições eram caras e efetuadas em setembro, motivo pelo qual a Câmara Municipal tinha cedido ao pedido do clube. -----

O vereador municipal Emanuel Medeiros fez uso da palavra e constatou que aquele valor seria uma parte do valor total a ser atribuído ao referido clube. -----

Colocada a proposta à votação, foi aprovada por unanimidade. -----

(DL N.º 84/2022) - I N.º 5931/2022 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - PROTOCOLO COM MOVE - ASSOCIAÇÃO DE MICROCRÉDITO E EMPREENDEDORISMO - Pela vice-

presidente da Câmara Municipal, foi introduzida a seguinte proposta de deliberação: -----

“Considerando que: -----

- a) A MOVE - Associação de Microcrédito e Empreendedorismo é uma Associação sem fins lucrativos que tem por objeto a promoção e desenvolvimento económico e social através da formação e capacitação de empreendedores, de forma a garantir que as ideias e o trabalho têm um retorno justo; -----
- b) A atuação e a resposta social a que a referida Associação se propõe dependem da celebração de protocolos, envolvendo várias instituições representativas e intervenientes na comunidade local, como seja a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo; -----
- c) A colaboração institucional entre as entidades públicas e privadas é uma forma eficaz de promoção do bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos do concelho de Vila Franca do Campo.

Propõe-se que a autarquia celebre um Protocolo com a MOVE - Associação de Microcrédito e Empreendedorismo, pelo valor de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) e que tem como objetivo apoiar a realização de uma atividade, que consiste na formação em ferramentas úteis ao desenvolvimento de modelos de negócio associados ao empreendedorismo, a ter lugar nos meses de outubro e novembro de 2022, no Concelho de Vila Franca do Campo”. -----

A vice-presidente da Câmara Municipal referiu que a associação MOVE era uma associação sem fins lucrativos e cujo objetivo era formar e capacitar os empreendedores no sentido de desenvolver as ideias



dos participantes, ajudando-os a terem sucesso nos seus projetos futuros. Mais disse que aquela associação tem feito um trabalho a nível de ilha tendo requisitado, à Câmara Municipal, um apoio de mil e quinhentos euros para realizarem uma intervenção junto dos jovens vila-franquenses. Mais disse que tinha sido efetuada uma campanha de divulgação junto das escolas, sobretudo na Escola Profissional de Vila Franca do Campo (EPVFC), onde a respetiva Diretora Pedagógica apresentou o projeto aquando da sessão solene de abertura do seu ano letivo. Referiu que, até o momento, havia sete inscrições, esperando que mais participantes aderissem à iniciativa, mas que, segundo a associação, aquele era o número normal no início e que mais pessoas iam aderindo à medida que os participantes iam convencendo outras pessoas. Terminou mencionando que os técnicos da associação tinham referido que o *feedback* final era, normalmente, positivo. -----

O vereador municipal Emanuel Medeiros fez uso da palavra e referiu estarem mais bem informados sobre aquele projeto, apelando à Câmara Municipal que aumentasse a divulgação (sobretudo através das redes sociais, juntas de freguesia e associações juvenis) de modo a abranger o maior número de pessoas, pois daquelas sete, podia acontecer que nenhum dos participantes concretizasse o seu projeto, daí a necessidade de maior promoção. Mais disse que se não fosse pela convocatória e pela proposta de deliberação, desconheceria o projeto, achando necessário mais divulgação. -----

A vice-presidente da Câmara Municipal referiu que os próprios técnicos da associação requisitaram os contatos das várias associações e entidades do município, tendo sido eles pessoalmente (e de forma personalizada) a ir apresentar o projeto, sendo aquele um hábito da sua parte. Mais disse que poderiam pedir aos párocos locais para informarem nas igrejas, e que já tinham feito divulgação nas redes sociais.

O vereador municipal Pedro Costa fez uso da palavra e referiu achar que os alunos dos cursos profissionais da Escola Básica e Secundária Armando Côrtes-Rodrigues seriam bons elementos para participar, tal como os alunos do 12.º ano, tendo em conta que estavam numa fase final e que só havia sete participantes até ao momento, pelo que a formação seria mais uma ferramenta ao seu dispor para o futuro. -----

A vice-presidente da Câmara Municipal repetiu que foram disponibilizados os contatos da EBS Armando Côrtes-Rodrigues, não podendo confirmar que a associação tinha ido lá, mas que tinha dado o seu testemunho referente à apresentação feita na EPVFC pelo facto de ter estado presente na sessão solene da abertura do ano letivo. -----

Colocada a proposta de deliberação à votação, foi aprovada por unanimidade. -----

ÁREA SOCIAL

(DL N.º 85/2022) - I N.º 5882/2022 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - REFORÇO DE APOIO NO ÂMBITO DO AMRHD - APOIO MUNICIPAL À REABILITAÇÃO DA HABITAÇÃO DEGRADADA

- Pela vice-presidente da Câmara Municipal foi introduzida a seguinte proposta de deliberação: -----

“Considerando a situação socioeconómica que o país atravessa, resultante da situação da guerra, levando a um constante e significativo aumento de preços; -----



Considerando a atual dificuldade de encontrar mão de obra disponível para a realização de pequenas obras; -----

Propõe-se à Câmara Municipal de Vila Franca do Campo que reforce o apoio anteriormente atribuído, no valor de €3.491,25, à requerente Rita Maria Cabral Ferreira Achadinha, no âmbito do processo 5182, a 19 de agosto de 2021, com a atribuição de €210,00 para finalizar a obra, permitindo que a requerente beneficie de um apoio no valor máximo em vigor para o ano 2022, designadamente, no montante total de €3.701,25”. -----

A vice-presidente da Câmara Municipal explicou que se tratava de um apoio que tinha sido concedido à requerente no valor de €3.491,25 e que, por consequência da situação socioeconómica atual (como a guerra na Ucrânia), havia uma grande inflação ao nível dos preços dos materiais e da mão-de-obra, pelo que se tratava de um incremento de 210,00€ e que iria corresponder ao máximo a ser atribuído no valor de €3.701,25. -----

Colocada a proposta de deliberação à votação, foi aprovada por unanimidade. -----

(DL N.º 86/2022) - I N.º 5876/2022 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - FIXAÇÃO DO NÚMERO DE BOLSAS DE ESTUDO A ATRIBUIR NO ANO LETIVO 2022/2023 - Pela -----

vice-presidente da Câmara Municipal, foi introduzida a seguinte proposta de deliberação: -----

“Em ordem ao procedimento de atribuição pelo município, de bolsas de estudo para o ano letivo 2022/2023, e em cumprimento do disposto no Artigo 3.º do Regulamento do Programa Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo, o Presidente da Câmara Municipal propõe que a Câmara delibere: -----

1 – Determinar a abertura do concurso, no período de 2 a 25 de novembro, para atribuição das bolsas de estudo; -----

2 - Fixar em 10, o número de bolsas a conceber, sendo uma (1) bolsa de estudo por mérito e nove (9) bolsas de estudo por carência económica; -----

3 – Designar a Comissão Técnica de Análise, que será composta pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal Dr. Ricardo Rodrigues, e que coordenará a comissão; pela Vice-Presidente da Câmara Municipal Dra. Graça Melo e pelo Chefe de Gabinete Dr. Emanuel Santos. -----

Em conformidade com o disposto no n.º 6, alínea a) e 7 do referido artigo 3.º, o montante máximo da bolsa de estudo é de 664.80€, correspondente a 1,5 o valor do IAS (indexante de apoios sociais) para o ano 2022, com escalonamento em função dos rendimentos do agregado familiar do candidato”. -----

A vice-presidente da Câmara Municipal explicou que era intenção da Câmara Municipal de atribuir dez bolsas para o presente ano letivo de 2022-2023, sendo uma por mérito e nove por carência económica. --

O vereador municipal Pedro Costa fez uso da palavra e referiu que, no ano anterior, não se tinha pronunciado sobre aquele assunto pois era uma parte interessada. Não acontecendo o mesmo no presente ano, disse que, tendo em conta que a Câmara Municipal possuía alguma capacidade financeira, deveria fazer o que se fazia noutros concelhos (como Povoação, Lagoa e Nordeste) pois era uma forma de promoção e ajuda (e considerando as dificuldades existentes em termos de alojamento), acreditava que se deveria estender a todos os alunos que ingressam no Ensino Superior. Mais disse que estavam ali a trabalhar para o futuro e para o bem da ilha e do concelho, pelo que a aposta no Ensino Superior era a nível nacional. Repetiu que achava que todos deveriam ser abrangidos pela medida, não só aos que estão “lá fora” como aos que estão cá, visto que pernoitam em Ponta Delgada durante a semana, dadas



as exigências do Ensino Superior. Referiu não ser um investimento com resultados imediatos, mas que, a médio e longo prazo, seria o melhor a fazer. -----

A vice-presidente da Câmara Municipal referiu que compreendia a opinião do vereador Pedro Costa tendo em conta que ambos eram professores, mas que tinha conhecimento de testemunhos de alguns alunos que tinham receio de expor as suas necessidades e carências. Contudo, prosseguiu, o apoio que era atribuído prolongava-se pelos quatro anos do curso, tendo-se investido cerca de 9.500,00 (nove mil e quinhentos euros) no ano anterior e cerca de 10.000,00€ em renovações (desde que fossem dadas provas de sucesso escolar e registo de matrícula), este aluno era apoiado todos os anos até terminar o curso, pelo que investiam, em quatro anos, cerca de 100.000,00€ para o número de candidaturas, acreditando se tratar de um valor avultado. Informou que a média de candidaturas se situava, normalmente, em dez – doze, e que, no ano anterior, tiveram treze candidaturas por carência económica, tendo sido dado apoio a dez. Numa das candidaturas concluíram que o requerente não reunia as condições para atribuição; noutra candidatura o requerente não entregou o processo completo em tempo útil e, por fim, um último caso que não correspondia a um estágio integrado. Concordou que as candidaturas não eram muitas, mas o facto era que quase todos os candidatos eram apoiados, sendo necessário ter em conta que o apoio era atribuído ao longo dos quatro anos. Mais disse que todos os anos a Câmara Municipal investia e renovava, sabendo bem que havia alunos que, entretanto, terminavam os seus cursos. -----

O vereador municipal Pedro Costa informou que, no ano anterior, se tinha candidatado a uma bolsa por mérito tendo em conta que a outra era muito mais burocrática, referindo não ter sido fácil. Mais disse que achava que havia poucas candidaturas pelo excesso de burocracia envolvida no processo, pois havia candidatos que tinham mais dificuldade em recolher certos elementos, criando uma desmotivação nas pessoas e fazendo com que se afastassem, daí não haver mais candidaturas. No que se referia à atribuição da bolsa ao longo dos anos do curso, tinha dúvidas, pois estavam a beneficiar um número reduzido ao longo de todo o seu trajeto escolar. Mais disse que, se fosse uma bolsa única, talvez o valor atribuído pudesse ser maior, tendo em conta que, o primeiro ano implicava deslocações e alojamentos, pelo que, nos anos posteriores, já sabiam o que esperar e organizavam as suas vidas de acordo. -----

A vice-presidente da Câmara Municipal referiu que discordava da opinião do vereador municipal Pedro Costa pois, se um aluno pedia apoio por carência económica e se a Câmara Municipal deixasse de apoiar nos anos seguintes, isso não iria correr bem. -----

O vereador municipal Pedro Costa interrompeu e disse que ficavam de fora os outros. -----

A vice-presidente da Câmara Municipal referiu que, se ficavam de fora, é porque não reuniam os documentos ou as condições de atribuição, pelo que eles tinham de ser justos com todos, daí que exigiam toda a documentação que comprovasse, de facto, que o requerente necessitava de uma bolsa por carência económica. Mais disse que a Câmara Municipal também tinha conhecimento que os alunos, ao atingirem os dezoito anos, perdiam o direito ao apoio do passe escolar, pelo que a Câmara Municipal (através do FES) também apoiava, com passes escolares, todos os alunos que se dirigissem ao Gabinete dos Assuntos Sociais com comprovativo de carência económica. -----

Colocada a proposta à votação, foi aprovada por unanimidade. -----



DIVISÃO FINANCEIRA

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

- **BALANCETE** - Foi presente a esta reunião o Balancete da Tesouraria Municipal, referente ao dia doze de outubro na importância de 5.733.383, 81€ (cinco milhões, setecentos e trinta e três mil, trezentos e oitenta e três euros e oitenta e um cêntimos).-----

----- Estes assuntos foram aprovados em minuta, por unanimidade, para efeitos de execução imediata. -----

----- Não havendo outros assuntos a tratar e sendo 10:27, a Senhora Vice-Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se elaborou a presente ata que eu, Pedro Henrique Soares Correia, Secretário da Vereação, mandei escrever e subscrevo.-----

----- Declaro ainda que a presente ata contém nove folhas. -----